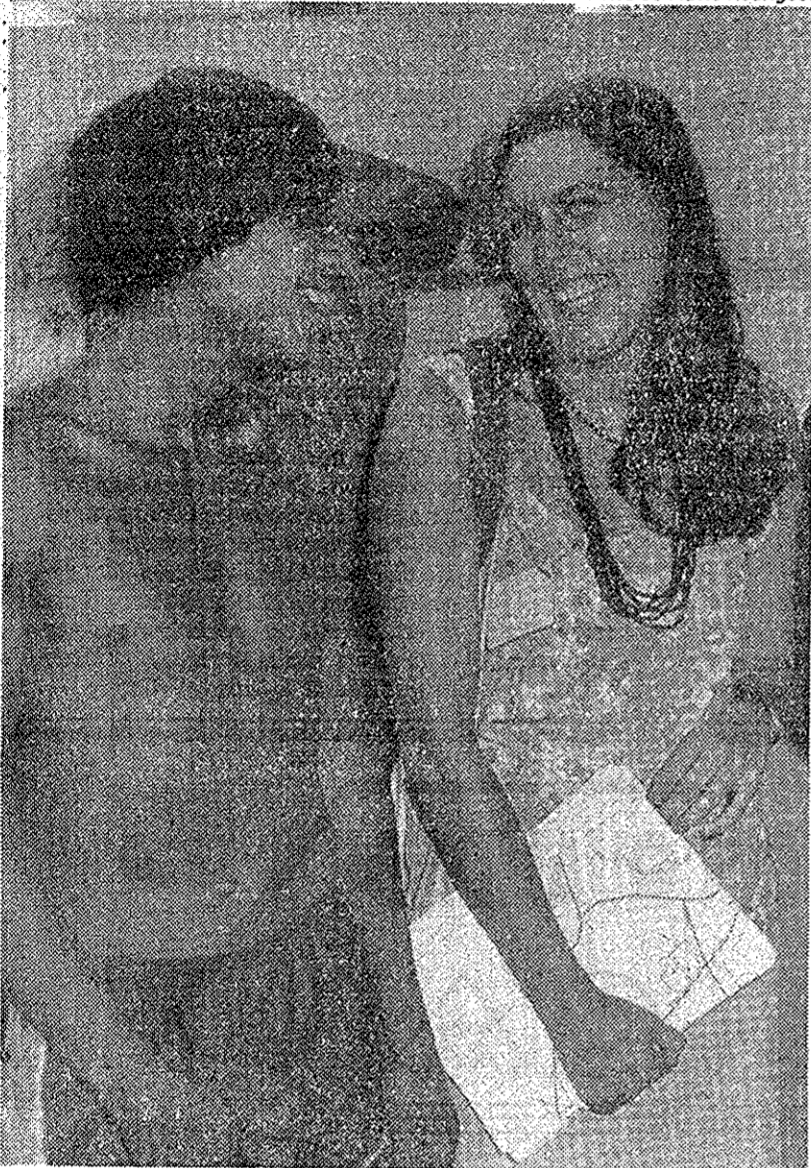


Novos ecologistas propõem a reforma do desenvolvimento

Fotos de Flávio Rodrigues



Lucia: uma nova relação dos homens com a Natureza

Lucia de Andrade O indigenismo vira os olhos para o futuro

A Itamira não é o Mississipi dos anos 60, mas há *freedom riders* em ação na Amazônia há muito tempo, propagando direitos civis em regiões onde eles não são respeitados. A antropóloga Lúcia de Andrade, 28 anos, uma das coordenadoras da Comissão Pró-Índio, de São Paulo, é um deles. As circunstâncias induziram a Comissão, fundada para defender os interesses das populações indígenas, em 1978, a dedicar-se, hoje, à análise do programa energético e à discussão de alternativas estratégicas para a economia brasileira.

Há três meses, a Comissão lançou o volume *As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas*: 191 páginas de mapas, fotos, gráficos e análises, de 22 biólogos, agrônomos, antropólogos, sociólogos, físicos, engenheiros e advogados, abordando desde as implicações sociais da política elétrica até os efeitos ecológicos das barragens programadas para o Rio Xingu. Um ano e meio de trabalho. Os exemplares que chegaram à Europa deixaram os ecologistas de lá impressionados.

A Comissão está envolvida com "a discussão de alternativas políticas e econômicas que resultem em uma nova relação do homem com a natureza e dos homens entre si". Ela trabalha, hoje, com índios e não-índios: sindicatos, engenheiros e planejadores. Quer transparência no setor elétrico. Monitora o trabalho da Funai e prepara o Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens, em Goiânia, no próximo dia 19. Discute legislação ordinária na Constituição e assessora parlamentares na Comissão de Minas e Energia. No momento, avalia a conveniência de embarcar em mais um

grande trabalho de análise sócio-ambiental, sobre as represas da Eletrosul no vale do Rio Uruguai.

Os antropólogos são formados na crítica ao etnocentrismo. Não lhes é difícil passar à crítica ao antropocentrismo — o que não quer dizer que essa passagem não tenha as suas turbulências. "É estranho. Assessorar sindicatos rurais e a CUT não estava no programa original. Nós estamos juntando tudo. Ecologia é muito mais do que cuidar de árvores; é uma coisa em movimento", afirma Lúcia.

Ecologia, para a CPI, é bem mais que o *ambientalismo de estado*, desenvolvido, nos últimos dois anos, pelos departamentos de meio ambiente de empresas estatais como a Eletrobrás e a Vale do Rio Doce. "O governo reduz o discurso ambientalista à sua dimensão mitigadora. Eles minimizam impactos. Destroem habitats inteiros e afogam milhares de espécies e, depois, fazem bancos genéticos e escada de peixes. O ambientalismo vem como uma política de relações públicas, para melhorar a imagem. O pessoal que trabalha com meio ambiente não tem a menor força dentro das empresas. Os antropólogos não têm acesso a documentos básicos. No Estado, o discurso ambientalista começou com uma forma grosseira, mas eles estão se aprimorando."

Propostas — Lúcia afirma que é necessário repensar o Plano 2010, da Eletrobrás. "Achamos que é preciso, antes de embarcar em novos grandes projetos, acabar Tucuruí, que das oito turbinas previstas só tem três funcionando. Acabar, também, Itaipu. Repensar a política de subsídios de energia. Parar projetos onerosos, como a produção de alumínio. Adotar medidas de conservação, na linha do professor José Goldemberg, em São Paulo, que mostrou que com investimentos relativamente pequenos o Brasil pode economizar 30% a 40% de energia. Isso nos daria uma boa folga para discutir um novo Plano 2010, aprovado pelo Congresso, adequado ao crédito e à capacidade de pagamento do país, e baseado em taxas de crescimento realistas".

Ricardo Arnt

Os novos ecologistas estão em ação há muito tempo, mas só agora começam a ter seu trabalho reconhecido. Há 10 anos há movimentos sociais com preocupação ecológica na Amazônia, no Rio Grande do Sul e no Nordeste, sem falar nos estados do Sudeste. Não foram as pressões externas que provocaram a emergência das questões ecológicas no Brasil, mas sim o trabalho sistemático de grupos e instituições brasileiras.

Alguns dos mais produtivos ecologistas brasileiros evitam o rótulo. No Sul do Pará, Raimundo Cruz



Raimundinho quer mudar a cultura agrícola do Pará

Raimundo Neto Caixa Agrícola une ecologia e sindicalismo

Para um seringueiro é fácil ser ecologista: preservar a floresta é preservar seu sustento. Introduzir preocupações ecológicas na cultura agrícola dos trabalhadores rurais na região de Carajás é um pouco mais difícil. A exemplo do que Chico Mendes fez nos seringais do Acre, Raimundo Gomes da Cruz Neto, o *Raimundinho*, realiza um trabalho pioneiro no Sul do Pará: articula sindicalismo rural ao ecologismo — uma fusão volátil em um país como o Brasil.

Piauiense, 35 anos, dois filhos, agrônomo formado pela Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, Raimundinho mudou-se para Marabá em 1956, de onde assistiu às transformações violentas que o Sul do Pará sofreu com o Programa Grande Carajás. Só ao longo da ferrovia Carajás-São Luís, por exemplo, segundo dados da Secretaria Executiva do Programa, 3.700 quilômetros quadrados de floresta são desmatados a cada ano.

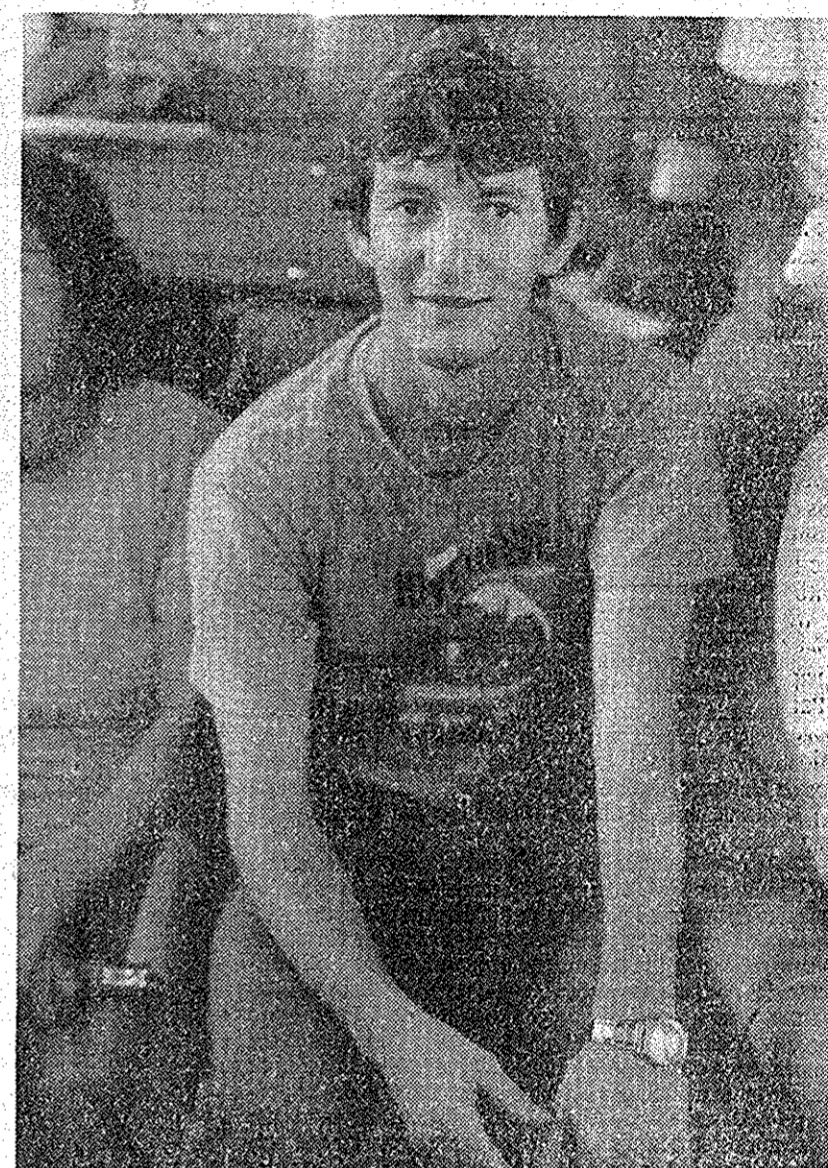
Raimundo formou-se em 1977. Em 1978, aderiu ao Movimento de Educação de Base, da Igreja Católica. Em 1984, foi contratado pela Secretaria de Agricultura do Pará para coordenar as pesquisas sobre o uso de agente laranja no desmatamento da área inundada pela represa de Tucuruí. Em 1986 entrou para o Partido dos Trabalhadores. Foi um dos fundadores do Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (Cespap). Em 1988, recusou candidatar-se à prefeitura de Marabá, pelo PT: "É coisa demais para administrar", explica.

Em outubro passado, Raimundinho ajudou a criar o Conselho Popular de

Meio Ambiente e Cultura, um fórum de discussão e formulação de alternativas para questões sócio-ambientais no sul do Pará. O Conselho é apoiado por 21 entidades, sindicatos, associações de moradores e centros culturais e atua nos municípios de Marabá, Itupiranga, Curionópolis, Parauapebas e São João do Araguaia, onde há 120 mil trabalhadores rurais. Uma de suas primeiras vitórias foi pressionar as autoridades até o fechamento de 180 fornos para a produção de carvão vegetal que ameaçavam a saúde dos moradores da periferia de Marabá.

Os problemas ambientais do Pará desafiam a razão. Raimundo acha que é preciso, de saída, mudar a cultura agrícola, baseada na queimada e na derrubada da floresta. "Muitos dos migrantes da região de Carajás já vêm de áreas degradadas, como o Maranhão. Eles olham a floresta como uma barreira hostil à agricultura. É preciso desenvolver um modelo de ocupação e uso racional do solo", afirma.

Proposta — O instrumento dessa mudança, de baixo para cima, já existe. São as Caixas Agrícolas, uma forma de organização associativista dos trabalhadores rurais residentes em uma mesma área, para reunir recursos e contratar técnicos para conduzir seu próprio projeto, específico, de desenvolvimento agrícola. A Caixa Agrícola de Araras, fundada em outubro de 1988, a primeira em funcionamento, cuida da produção de uma área ocupada por 92 famílias, doando e alternando cultivos de subsistência com culturas permanentes e exploração extrativista dos castanheais. "A medida que o uso racional do solo aumentará o rendimento da produção, diminuirá a pressão para a derrubada da floresta", confia Raimundinho. A segunda Caixa Agrícola deverá nascer em São João do Araguaia. O Conselho trabalha para que a proposta de espalhe pelo sul do Pará.



Luis lidera um dos maiores movimentos sociais do Sul

Luis Dalla Costa A força dos direitos da cidadania

Luis Alencar Dalla Costa, 24 anos, bisneto de italiano, ex-pedreiro, professor do segundo grau de Estudos Sociais e Geografia em Erechim, Rio Grande Sul, lidera um dos maiores movimentos ecologistas do Brasil. Dalla Costa, que já discutiu o programa hidrelétrico brasileiro em São Francisco, em Washington e em Berlim Ocidental, é secretário-geral da Comissão Regional de Atingidos por Barragens (Crab), que defende os interesses de 200 mil pessoas no noroeste do Rio Grande do Sul e em Santa Catarina — os atingidos pelas 22 represas que a Eletrosul planeja construir na bacia do Rio Uruguai.

"Esse é o primeiro movimento social de envergadura na região, desde a Guerra do Contestado (1912-1915)", afirma Dalla Costa. Mais de 75 mil km² de terras férteis poderão ser inundadas. As duas primeiras represas, Itá e Machadinho, afetam 22 municípios, atingem 21.500 pessoas e submergem as cidades de Itá e Carlos Gomes.

Desde a divulgação dos primeiros projetos, em 1979, a população começou a se organizar. Itá é uma anti-Sobradinho, a usina que a Companhia Hidrelétrica do São Francisco construiu, em 1977, na Bahia, submergindo dezenas de povoados e removendo 60 mil pessoas de suas casas, para criar o maior lago artificial do Brasil: 4.214 quilômetros quadrados.

"A população do Sul tem uma forte tradição associativa. São colonos descendentes de alemães, italianos e poloneses. Gente com uma próspera ati-

vidade econômica, baseada no minifúndio de trabalho familiar. Eles produzem tudo em casa e geram excedente. Só sairão de suas terras se for para ir para uma melhor", explica Dalla Costa.

O movimento dos atingidos pelas barragens envolveu a Comissão Pastoral da Terra, a Igreja Evangélica da Confissão Luterana, sindicatos rurais, cooperativas e dezenas de prefeitos da Associação dos Municípios do Alto Uruguai. Atos públicos, assembleias e romarias em 36 municípios, conduziram, em 1983, à instalação da Comissão Especial de Barragens, na Assembléia Legislativa gaúcha, com apoio do PDS ao PT. Em agosto de 1984, 1 milhão e 16 mil pessoas assinaram um abaixo assinado com as reivindicações do movimento.

Avanço — "A população chegou a invadir canteiros de obras e tomar funcionários da Eletrosul como reféns. Em 1986, fechamos um acordo com a Eletrosul, referendado pelo ministro Aureliano Chaves, em Brasília — o primeiro, no Brasil, feito antes do início da construção do muro da barragem. O acordo diz que as obras só começam depois que a questão social for resolvida. Em Itá, onde a terraplenagem já começou, já foram indenizadas 600 famílias. Os reassentados trocaram terra por terra, com indenização e benfeitorias. Mas em Machadinho, o acordo não está sendo cumprido. A Eletrosul afirma que não tem recursos e quer cancelar definitivamente a obra", conta Dalla Costa.

Novos temas transitam no movimento dos atingidos pelas barragens, como, por exemplo, a economia política da energia, os direitos dos sem-terra e a reforma agrária. "Precisamos entender o projeto energético brasileiro do ponto de vista da internacionalização do capital. Queremos a ajuda dos sindicalistas e dos ecologistas para mudar o modelo de geração de energia no Brasil".